

**REQUERIMENTO Nº**  
(Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da **PEC nº 27/2024**, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a realização de **Audiência Pública** destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2024, que cria o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

Indico, para tanto, os seguintes convidados:

- **Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier** – Diretor da FAAC
- **Dr. Richards Santos** – Professor e Coordenador do Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo (GP-PNC), vinculado à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Informamos que o Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier e o Dr. Richards Santos irão compor a mesa do debate sobre o tema:

“Histórico e Fundamentos + Experiências de Reparação – Resgate histórico, experiências internacionais e justificativa ética e política para criação do FNREPIR”.

A participação dos professores será fundamental para resgatar o contexto histórico da escravidão e suas consequências na sociedade brasileira, além de trazer referências internacionais e justificar, sob o ponto de vista ético, político e acadêmico, a importância da criação do Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

**JUSTIFICAÇÃO**

A criação do Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR), por meio da PEC nº 27/2024, constitui uma iniciativa histórica para enfrentar as desigualdades estruturais derivadas da escravidão e do racismo sistêmico no Brasil.

A audiência pública se justifica como espaço fundamental para:



- ouvir especialistas, gestores públicos, pesquisadores e lideranças sociais;
- discutir os fundamentos históricos, jurídicos e econômicos da reparação;
- analisar as melhores práticas de governança e controle social;
- debater os critérios de destinação de recursos e prioridades programáticas;
- assegurar a participação social no processo de construção do parecer da PEC.

Dessa forma, o debate contribuirá para consolidar o texto da proposta, reforçando sua legitimidade social e política, além de qualificar a tramitação no Congresso Nacional.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_ de setembro de 2025

**Deputado Federal Orlando Silva**  
**PCdoB/SP**

